

ASPECTOS CONJUNTURAIS E A DESAGREGAÇÃO MORAL DO PAÍS – III(*)

*José Eduardo Marques Mauro (**)*

RESUMO

O ensaio apresenta inicialmente uma visão "a olho nu" dos aspectos conjunturais mais prementes da crise brasileira: o nível crescente de pobreza geral da população, a precariedade da vida nas regiões metropolitanas, as questões de habitação, saúde e higiene, a situação da menor, o nível de insegurança do cidadão e a escalada da violência urbana e rural. Continua apresentando os tópicos finais dos males endógenos (n.ºs. 30 e 31 da Revista), aponta as dificuldades para solucionar-se os problemas do país e, por fim, apresenta sugestões genéricas para se emergir da crise destacando a necessidade de implantação de uma nova mentalidade como peça indispensável ao êxito do esforço de reconstrução.

Unitermos: pobreza; habitação; saúde; higiene; insegurança; corrupção; improvisação; nova mentalidade.

Visível até a "olho nu"

Quais os problemas que penalizam o país e tornam, ano a ano, mais difícil, e mesmo duvidosa, a sua viabilidade? Sinais evidentes podem ser identificados, no momento, no adensamento progressivo do surto emigratório dos brasileiros, no desânimo dos jovens, na ansiedade da classe média face à deterioração da sua qualidade de vida e, principalmente, no elevado grau de insensibilidade dos poderosos.

É inegável, no entanto, que um conjunto dos problemas do país são visíveis a "olho nu" e ferem qualquer brasileiro dotado de um mínimo de sensibilidade e de razoável nível de informação. Dentre esses, podem

-
- Parte final do trabalho publicado nos n.ºs. 30 e 31 da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.
 - Pesquisador do IEB/USP, Área de História.

ser alinhados os mais prementes como o *nível de pobreza geral da população, a precariedade das condições de vida* usufruídas por boa parcela do povo brasileiro. Nas *regiões metropolitanas, a questão habitacional*, em particular, que hoje atinge grande parte do território e de seus habitantes, a *questão da saúde e da higiene* também um problema nacional, embora de tradição bem mais antiga, a *questão do menor*, também antiga está evoluindo para se tornar uma verdadeira chaga na estrutura social brasileira; finalmente, o fenômeno mais recente (mas nem por isso menos grave e preocupante) da *insegurança do cidadão com relação à escalada da violência urbana e rural*.

Embora os últimos índices oficiais registrem um incremento da renda *per capita* no Brasil (avaliada entre 2200 a 2400 dólares) não é necessário ser um *expert* para saber que esses índices são bastante relativos e a sua utilização deve ser realizada com muita cautela. Isso porque os *flagrantes da pobreza* podem ser presenciados em todo o território nacional. Os quadros de pauperismo impressionam o observador sensível a todo momento e diuturnamente. Pior, a pobreza está cada vez mais ostensiva; a carência material e de bens essenciais é generalizada: seja na alimentação, seja na moradia, seja na indumentária, seja na higiene e saúde e até no domínio do lazer.

Bastante elucidativo a respeito é o editorial do *Jornal da Tarde* intitulado "Campeões Mundiais do Subdesenvolvimento" (de 11/07/88, p.4) que a certa altura explica com muita propriedade:

" (...) *seria preciso estabelecer uma hierarquia dos miseráveis brasileiros. Porque o critério para a avaliação da miséria, evidentemente, é relativo e varia de acordo com o padrão de vida de cada país. Ou seja, o que é considerado pobreza absoluta num país do padrão de vida dos Estados Unidos, ou Japão, ou Suécia, não seria pobreza absoluta no Brasil. Um pobre norte-americano seria mais que um classe média no Brasil.*

No caso do Brasil, os verdadeiros miseráveis não são aqueles que, tomando-se como critério os baixos salários que recebem, seriam considerados miseráveis nos Estados Unidos ou na Suécia. São, para suprema vergonha nossa, aqueles que estão completamente à margem do organismo econômico nacional, ou seja, aqueles que vivem num tal estado de indigência cultural que não têm condições de exercer qualquer tipo de atividade remunerada para prover a própria subsistência. Em segundo lugar, na escala da miséria, estão aqueles com um mínimo de habilitação para exercer atividades remuneradas as mais primárias (ou seja) os que não podem ter um emprego fixo no quadro da economia organizada. Os que vivem de bicos eventuais ou sazonais.

Em terceiro lugar estão os trabalhadores braçais de todos os tipos, sem qualquer espécie de qualificação, mas que podem

encontrar empregos rurais ou urbanos não permanentes e que, apesar da lei do salário mínimo, em muitas áreas do país aceitam qualquer trabalho com remuneração inferior ao salário mínimo.

Todas essas categorias citadas até aqui, com suas famílias devem constituir perto de cinquenta por cento da população do Brasil. Esses, que são os verdadeiros miseráveis deste Brasil (...). "

Nas *regiões metropolitanas* ela é gritante e a piora das condições é extremamente veloz, comprometendo o precário sistema de vida dessas zonas densamente povoadas. O resultado é que parcela da população carente se acotovela nas zonas periféricas e outra tenta se impor nas zonas centrais exibindo a face cruel de um modo de vida de pauperismo quase absoluto.

Outra parcela dos metropolitanos tenta resistir reduzindo o seu nível de vida a padrões mais baixos, nunca antes experimentados.

Quem consegue sobreviver nas metrópoles sabe quanto é difícil vencer os desafios do amanhecer ao anoitecer. No entanto, a movimentação das massas parece grande e, ao mesmo tempo, importante para o conjunto da sociedade. Entretanto, essa atividade febril deve merecer um reparo, ou pelo menos, uma reflexão.

De fato, famílias inteiras despertam desde às 3 horas da madrugada para cumprir as tarefas de sobrevivência. A azáfama é grande no interior dos lares: marmitas são preparadas, os membros da família que compõem a população economicamente ativa partem para o trabalho, geralmente mal alimentados, apertam-se durante horas nos quase sempre insuficientes meios de transporte; atingem os locais de emprego onde trabalham sob tensão e medo; exaustos, retornam ao lar onde mal se encontram e acabam, com o decorrer do tempo, se desconhecendo, pela falta de diálogo. Vegetam, é a verdade, desesperançados, sem nutrir qualquer segurança pelo amanhã. Os dividendos econômicos para o país de toda essa labuta insana deixam no mínimo a impressão de que em todo esse processo está ocorrendo enorme desperdício daquela formidável força de trabalho. Desperdício, embora seja a palavra mais objetiva para caracterizar essa situação, parece uma expressão fria demais, pois, no fundo, desenha-se, no desenrolar desse processo, ainda que involuntariamente, um quadro de extrema crueldade em relação a esses pobres, honestos e sacrificados trabalhadores.

Na verdade, as condições de vida nas zonas metropolitanas estão fugindo ao controle da situação, constituindo-se num dos mais agudos problemas do país, principalmente pelo acréscimo galopante das suas populações e pela insuficiência dos recursos destinados a atender às necessidades infra-estruturais das megalópoles.

Os administradores dessas cidades-estados, de há muito, vêm alertando os poderes públicos estaduais e o governo federal, no que concerne à explosão de problemas e questões prementes que não estão sendo convenientemente resolvidas e atendidas. A desagregação dessas cidades é visível. Basta percorrer diferentes bairros e vilas para se perceber a deterioração do equipamento urbano. A aparência de determinadas manchas urbanas é deplorável. O aspecto de construções, de vias públicas e das pessoas modifica-se rapidamente, em grande parte, do regular para o péssimo.

Nesse sentido é ilustrativo o artigo publicado pelo *O Estado de São Paulo* (de 31/07/88, p.20) sob o título "O Colapso Financeiro" que aborda a situação atual e futura da cidade de São Paulo em termos de sobrevivência financeira:

" Um diagnóstico preocupante foi revelado esta semana pelo Centro Brasileiro de Estudo de Desenvolvimento Urbano: São Paulo, uma das maiores cidades do mundo, perdeu sua capacidade de investir, deteriorando a qualidade de vida da população e gerando o agravamento das tensões sociais. O Centro, formado por alguns dos principais consultores e planejadores de São Paulo, chegou à conclusão de que o que a prefeitura arrecada hoje é insuficiente até para manter a máquina burocrática em funcionamento. "

Conclui afirmando:

" Se nada for feito, segundo esses estudos, em pouco tempo haverá o colapso, motivado pela impossibilidade de administrar-se déficits orçamentários cada vez mais elevados (...) Trata-se, portanto, de uma situação delicada, que deveria merecer um estudo metuculoso das autoridades federais e estaduais, sob pena de assistir-se a curto prazo a maior cidade do país e uma das maiores do mundo se tornar praticamente inadministrável ".

Se não se acudir, com presteza, à situação, esses populosos núcleos transformar-se-ão nos mais graves problemas dessa nação, porque, na sua área geográfica, concentram-se e polarizam-se os demais também sérios e explosivos.

A *questão habitacional*, foi sempre, na verdade, um problema crônico no país. Contudo, face ao incremento populacional e à generalização da pobreza, a demanda cresceu e os mecanismos montados para enfrentar a situação têm-se mostrado ineficientes.

Aconteceu o mais grave, pois o sistema que sustentava a construção de habitações populares chegou à insolvência. O resultado não é difícil de ser deduzido: as favelas que eram "privilégio" de apenas algumas

capitais brasileiras, expandiram-se, multiplicaram-se como respostas a esses "incentivos". A partir do último quinquênio, com a retomada do ritmo inflacionário galopante, explodiram os valores dos aluguéis residenciais empurrando compulsoriamente os setores da sociedade mais sensíveis à conjuntura que, assim desprotegidos, caminharam em direção às zonas de moradia mais barata. Em São Paulo, por exemplo, isso representou um remanejamento dos inquilinos do segmento de renda média para regiões mais próximas da periferia e os de baixa renda foram empurrados para as bordas da periferia.

Fora este aspecto, deve ser lembrado o congestionamento do poder judiciário causado pela avalanche de ações de despejo propostas pelos proprietários visando à retomada dos seus imóveis. O problema de ordem nacional agravou-se com o plano cruzado e suas variantes. Em mais esse importante setor da vida brasileira sente-se a nítida *perda de controle da situação* por parte das autoridades e, em decorrência, assiste-se a um crescente desespero da população atingida que não só é compelida, de tempos em tempos, a remanejar a sua moradia como também a desistir do sonho da "casa própria", manifestação acalentada por muitas administrações públicas na década de setenta.

A *questão do menor* transformou-se numa verdadeira chaga na estrutura social brasileira além de representar uma bomba de efeito retardado a minar, permanentemente, a precária organização social do país.

As estatísticas, que todos conhecem de sobejo, são as mais ameaçadoras e relatos individuais da vida desses menores são espantosos e, na maioria das vezes, escabrosos.

O menor abandonado já é, em si, um problema grave enquanto durar o seu período de menoridade. O que dizer a médio e longo prazos, se se pensar na expectativa de vida desses seres e os "descaminhos" que enfrentarão no decorrer de suas vidas atormentadas? Além disso, não se pode esquecer o custo material que representarão para a sociedade em razão da tutela que ela quase fatalmente terá de exercer sobre eles; mais ainda, se se pensar no tributo que terá de pagar em decorrência da desassistência total a que relegou essa fatia da sociedade em termos de instrução e educação, permitindo que se tornasse presa fácil da delinqüência desde os graus menores até os de máxima periculosidade ou, então, adentrasse às mais variadas clínicas médicas, na qualidade de pacientes crônicos ou irrecuperáveis.

A questão é tão grave e tão hostil que o cidadão comum acostumou-se a conviver forçadamente com os problemas decorrentes. Pior. Essa chaga social brutalizou o cidadão fazendo com que instintivamente, numa atitude defensiva, procure não enxergar a realidade que o cerca. Sucateia os seus sentimentos mais profundos e nobres e acaba

tolerando os diversos graus de pobreza. Não mais se horroriza com os barracos que degradam a visão dos centros urbanos. Acaba por ignorar o exército de menores carentes.

Não se pode negar que alguns governos lutaram e lutam para anestesiar os efeitos do problema, mas, geralmente, conscientizam-se da impotência dos seus recursos e forças frente às dimensões assumidas pelo mal.

A insegurança do cidadão com relação à escalada da violência urbana e, mais recentemente, à da violência nos meios rurais é um fenômeno agudo de configuração atual. A verdade é que ninguém mais se sente seguro em lugar nenhum. O que seria essa "segurança"? Trata-se da sensação do indivíduo tanto em seu domicílio como ao circular nas vias públicas, em seu escritório ou nos meios de transportes, e nos centros de lazer. O bem maior, no caso, diz respeito à proteção física do cidadão ante a eventualidade de ser desrespeitada ou violada. O que se espera, no mínimo, é uma reação por parte da sociedade, representada pelo poder de polícia, para tentar recompor a situação antiga. Essa "segurança" o cidadão perdeu nesse universo sub-humano em que se transformou parte da sociedade brasileira. Parece até difícil recuperá-la algum dia tal a gravidade atingida pelo problema.

Nos grandes centros as estatísticas são caóticas e no campo não reina a tranqüilidade secular usufruída pelos homens do passado.

Na realidade, face à explosão dos crimes e atentados à integridade física e ao patrimônio, o aparelho repressor policial da sociedade capitulou. Em consequência, a justiça assiste à deterioração dos seus serviços. Reinam a impunidade, o descrédito na lei e na justiça. Assim, uma das principais fortalezas da organização social mais parece uma ruína.

Mas não só por esse lado padece a população. Assiste-se, também, ao domínio de outro grande mal nesse último quartel do século. A expansão da utilização do tóxico, principalmente, por parte dos jovens. O cidadão e a sociedade foram surpreendidos pela crueldade de certos crimes praticados pelos seus usuários. Famílias inteiras desesperam-se quando descobrem que partes dela fazem uso desses recursos.

A nação inteira, há pouco tempo, assistiu ao espetáculo televisivo da "querela dos traficantes", no Rio de Janeiro, pela disputa de pontos de venda de tóxicos. Chocou-se mais com a conivência policial. Se verdadeiro é o noticiário jornalístico, verifica-se que se está consumando uma aliança espúria entre a organização que explora o jogo de bicho e o crime organizado das quadrilhas de tóxico. E o que dizer do naufrágio do grupo anti-sequestro da polícia paulista?

A saúde e a higiene são problemas antigos e ao mesmo tempo crô-

nicos no Brasil. Um conhecido político da Primeira República certa vez pronunciou frase de grande efeito relativa à questão, em que afirmava que "*o Brasil era um grande hospital*".

A carência alimentar, a ignorância e o desconhecimento dos princípios básicos da nutrição humana dão-se as mãos para criar condições propícias ao aparecimento de patologias as mais generalizadas. A mortalidade infantil continua alta, os serviços indispensáveis à assistência médica ou estão ausentes em determinadas regiões ou são deficientes. As doenças crônicas e as profissionais engrossam os dados estatísticos. A medicina preventiva é considerada um luxo pelos tecnocratas assim como o custo das internações hospitalares são proibitivas à maioria da população.

Incipiente assistência social foi direcionada para a Saúde, tendo sido no passado motivo de orgulho da elite dominante (como por exemplo as modelares Santas Casas de Misericórdia, as Beneficências, etc.) tanto pela área geográfica abrangida pelo atendimento como pela alta qualidade dos serviços. Hoje são, apenas, uma pálida lembrança. Os ambulatórios estão permanentemente lotados, os hospitais, além de caros, deixam a desejar no tocante à limpeza e a maioria convive com altas taxas de infecção hospitalar mostrando-se ineficientes, às vezes até desumanos, no atendimento às populações pobres e desprotegidas.

A assistência médica previdenciária, salvo exceções, é um embuste, não correspondendo às campanhas publicitárias realizadas no passado e no presente com o objetivo de "dourar" a sua fachada pobre.

Na verdade, a situação do atendimento médico e hospitalar sempre falho no Brasil piorou consideravelmente se se levar em conta o aumento da população, a piora das condições de sua sobrevivência e a desorganização dos seus serviços básicos.

Na área da prevenção a certos tipos de doenças endêmicas e epidêmicas, registra-se uma quebra manifesta no padrão de qualidade dos precários serviços prestados pelo sistema nacional de saúde. Doenças praticamente erradicadas, principalmente no sudeste do país, recrudescem e voltam a registrar casos.

Nos níveis sanitários mínimos verifica-se o mesmo descaso e a situação praticamente involui.

Por fim, cabe lembrar que a falta de uma política agrícola para orientar a produção nesse setor e a desídia verificada na tomada de decisões na área fundamental da produção de alimentos têm sido responsáveis pela sua má distribuição e pelo surgimento de seguidas crises de abastecimento, com a prejudicial elevação de preços dos produtos agropecuários básicos. A desnutrição de grande parte da popu-

lação está obviamente ligada a esse descaso para com a produção e inadequada distribuição da produção agrícola nacional.

Em rápidas pinceladas é esse o Quadro Geral do momento atual brasileiro visível "a olho nu". Insistir nesse diagnóstico representaria insistir demais naquilo que todos os brasileiros estão sentindo e observando com os próprios olhos. Não é necessário ser um especialista para perceber todos esses pontos críticos.

Contudo, é preciso frisar, esse painel compõe a parte mais visível da crise brasileira. Ele constitui o momento, o flagrante fotográfico de um processo de decadência. No entanto, existem males endógenos mais profundos que corroem a estrutura, há já algum tempo, e que poderão desfazer, definitivamente, o frágil arcabouço sobrevivente.

No conjunto, esses males estão comprometendo a continuidade do sistema democrático representativo e se não forem combatidos e dominados nenhum esforço sério para erguer o país será eficaz, pois eles prosseguirão, triturando quaisquer medidas que forem adotadas.

A doença da corrupção em todos os níveis

A intensidade e a abrangência da corrupção é um dado alarmante na atual crise brasileira. Um fato, conjuntural, no passado recente, está se encaminhando para se tornar um elemento estrutural na vida do país. O seu efeito devastador quase passou a fazer parte do cotidiano; desde a cúpula governamental e econômica até o homem do povo, de um modo ou de outro quase todos a praticam ou convivem com ela. Não há dúvida, no entanto, que o exemplo "veio de cima" e, aos poucos, se incorporou no dia-a-dia da maioria da população. Resistir às suas tentações chega às raias do heroísmo porque a tolerância para com ela termina por convir a todos os segmentos da sociedade. Sua aceitação passa a ser um ato de "pragmatismo" e parece às pessoas que esse comportamento não compromete a sua ética nem interior nem exteriormente. Por esse motivo, a questão atinge sua maior gravidade.

Na esfera político-administrativa ela é quase uma decorrência da burocracia estatal e do seu grau de ineficiência. Nos altos escalões ela serve para alimentar a voracidade das elites e reforçar o seu poderio econômico e político. Nas camadas médias e inferiores pode representar uma complementação salarial, face à pobreza crescente dessas escalas da sociedade.

Na cúpula, ela é praticada através de expedientes variados e sofisticados como concorrências públicas viciadas, favorecimento a grupos próximos ao poder, deslocamento fictício de verbas, fraudes, percepção de comissões em vultuosos empréstimos externos, realização de obras desnecessárias ao bem público apenas para premiar cabos eleitorais e, recentemente, pela avalanche de publicidade governamental mentirosa,

que é impingida ao povo pelos meios de comunicação, com o objetivo manifesto de projetar uma imagem favorável junto à população. Os cofres do Estado sofrem uma sangria diária totalmente inútil e irresponsável. Um país subdesenvolvido não poderia se dar ao luxo de desperdiçar nem recursos nem talentos e o Brasil nesse aspecto é completamente perdulário.

O nosso atraso econômico, social e cultural não é devido somente às multinacionais, ao FMI, aos Estados Unidos ou às grandes potências, ou ao fato de o Brasil ter sido uma colônia portuguesa; a responsabilidade deve cair, igualmente, na classe dirigente que, de maneira irresponsável, deixa os suados recursos internos esvaírem-se pelos ralos de esgotos da corrupção desenfreada que assola, presentemente, a administração pública, em todos os seus escalões, principalmente nos mais elevados, onde, justamente, ela deveria ser a exceção e não a regra.

Nos escalões intermediários é comum ela aparecer como uma forma ou de contornar a burocracia, ou de ajudar a vencê-la. O emperramento da máquina favorece àqueles que conhecem bem os seus "descaminhos". A desorganização os favorece e lhes empresta importância. Os pobres brasileiros que precisam dos serviços dessa velha máquina estão dispostos a qualquer coisa depois de conhecerem os dissabores advindos da necessidade de entrar em contacto com as suas engrenagens. Ao cabo de algum tempo, cristaliza-se esse comportamento e instala-se uma rede de expedientes envolvendo um grande número de pessoas da administração. A partir daí, praticamente todos que necessitarem se comunicar com a máquina têm que colaborar com a "máfia" interna. Esses fatos são notórios e muitos dos que estiverem lendo essas notas hão de se recordar de uma dezena de casos similares. Seja na Polícia, seja na Previdência Social, seja no Ministério da Fazenda, seja nas Prefeituras, enfim a lista seria interminável. Tudo é vendável e negociável, desde a numeração de placas de automóvel até a liberação de verbas e a obtenção de empréstimos para casa própria. Uma verdadeira loja de departamentos onde se pode encontrar de tudo. Infelizmente, é esse o quadro, na atualidade. Evidentemente, a classe do funcionalismo não participa ou aprova esses atos. Mas o conceito de que goza na população é dos mais baixos. A desmoralização da administração pública não é somente pelos maus serviços prestados por seus órgãos. Deve-se, igualmente, ao fato dela ser considerada desnecessária e corrupta, ou, pelo menos, passível de atos de corrupção.

A descrença não atinge, unicamente, os agentes da administração. A classe política não é mais poupada. Hoje "político" é sinal de "corrupto". Essa dura realidade adveio por certo do despreparo dos novos valores "revelados" pela política. Pessoas que não têm compromisso *nem com o passado* — por desconhecerem ou dar pouco valor às tradições e à História, — *nem com o futuro* — porque os seus objetivos são *com o presente* e este representa o enriquecimento rápido pela pilha-

gem dos cofres públicos. O idealismo, a satisfação moral de servir à comunidade, que deveriam ser bandeiras obrigatórias da classe política, na atualidade perderam qualquer significado. O político atual, na sua maioria, só busca o sucesso fácil e o aplauso imediato. Não mostra competência como um dos seus predicados básicos. É um camelô de si próprio, um ludibriador dos incautos e humildes eleitores que, por não possuírem nada, acreditam mais nos políticos que fazem promessas eleitorais do que naqueles que insistem em colocar à sua frente o triste panorama das realidades. Por esse motivo, os "populistas" têm uma carreira fácil onde existe o subdesenvolvimento e a pobreza. Os seus métodos não são passíveis de crítica por parte da população desprovida de recursos para duvidar deles ou desmascará-los. Também, nos segmentos médios e superiores da sociedade encontram os seus adeptos fervorosos porque oferecem as vantagens do favorecimento e da corrupção. Numa sociedade de moral política frouxa eles se encaixam, perfeitamente, no seu figurino. Essa a razão, também, das pessoas de bem se afastarem da política e de desprezarem a classe que se serve dela. O que, diga-se de passagem, facilita enormemente a proliferação dos maus políticos.

Mas a corrupção não se restringe, apenas, ao setor público. Ela infiltrou-se no setor privado seja na indústria, no comércio ou nos serviços. Os exemplos, igualmente, são os mais variados. Comissões indevidas, desvio de materiais, obtenção de peças difíceis de serem encontradas na praça, liberação de recursos ou pagamentos, institucionalização da "gorjeta" para se oferecer um bom trabalho. Tudo é possível de ser "negociado". Os patrões sabem que são roubados e, na sua canhestra lógica, justificam-se por não remunerar bem seus empregados, uma vez que desconfiam que eles tiram proveito da situação. Os empregados descontentes com a sua desvalorização acham por bem lesar os seus patrões, muitas vezes não diretamente mas aproveitando-se da sua posição funcional. Na realidade, um falso dilema, um aparente círculo vicioso porque no fundo, todos pensam estar tapeando o próximo. Como já foi assinalado atrás, tapear nesse país está assumindo comportamento distintivo e sinal de inteligência.

A população contaminou-se com essa nova ética e tem a sensação de que nada é impossível. Tudo é passível de suborno, a questão se resume, então, a números, a determinadas quantias. De que serve a honestidade, a responsabilidade profissional nesse panorama desolador? Que estímulo poderão receber os jovens no seu período de formação e aquisição de conhecimento se os adultos toleram as contravenções, aceitam, praticam e se servem de atos desabonadores?

Nesse universo torna-se difícil ou mesmo impossível construir qualquer coisa de durável. Sem se desvencilhar desse elemento estrutural a nossa sociedade não sairá do precipício. Qualquer esforço sério com certeza se diluirá.

A falta de líderes e a fraqueza dos instrumentos de arregimentação social

Um dos fatos que chamam a atenção quando se percorre uma trajetória retrospectiva de nossa história é a ausência de lideranças autênticas no cenário político do país. A pobreza de líderes capazes de orientar e conduzir parcelas significativas da população brasileira na busca de soluções para os problemas e para as graves questões que a afligem constitui uma fraqueza da organização política da nação. Países existem com maior grau de subdesenvolvimento e que, no entanto, foram capazes de forjar líderes que conduziram ou conduzem enormes contingentes populacionais através da sua história. No Brasil, as lideranças sempre foram efêmeras e, no período republicano, parecem ter escasseado, exceção feita às duas décadas lideradas por Getúlio Vargas.

A ausência de condução é mais sentida quando se trata da necessidade de *mobilizar a sociedade* no sentido de que ela participe e colabore na solução dos seus problemas. Não há dúvida que a mobilização, quando desenvolvida como força indispensável para o alcance de resultados que interessam à maioria da sociedade, transforma-se numa alavanca positiva com que conta o Estado para a consecução dos seus objetivos. Sem ela os esforços se dispersarão e os fins a serem atingidos não serão bem assimilados por todos os interessados. Por conseguinte, não se dará a necessária *coesão* capaz de criar condições para a sociedade enfrentar as dificuldades que, certamente, advirão com a implementação de uma determinada política. A resposta da população a um conjunto de medidas quaisquer é um dado fundamental para o êxito global dessas medidas, pois as resistências por parte dos indivíduos a uma parte ou ao todo proposto por quem quer que seja, dificultará ou atrasará a obtenção dos resultados ou, mesmo, poderá inviabilizá-los na sua totalidade. A boa compreensão dos objetivos, das fases previstas pelo processo que se quer introduzir deveria ser o conduto natural entre a estratégia geral do governo e dos governados. A força de mobilização popular atalha, muitas vezes, as trilhas pré-fixadas pelas autoridades, encurta os caminhos desobstruindo-os e acelera o processo que se quer instaurar.

Quanto se tem menosprezado o poder dessa força natural no Brasil! Principalmente nas últimas décadas, os tecnocratas e os oráculos do autoritarismo militar foram "useiros e vezeiros" desse desprezo pela satisfação dos seus atos à população. Quanto se minimizou a importância da população civil desarmada ser razoavelmente esclarecida e levada a colaborar com as medidas que ao final a beneficiariam! Ao contrário, a tônica do regime era impedir o esclarecimento de seus projetos grandiosos. Em última análise o recurso do embuste. Isso porque, para se solicitar a colaboração de alguém, é necessário antes de mais nada colocar esse alguém a par dos objetivos a serem alcançados. Mas, os oráculos se sentiam diminuídos em dialogar ou talvez

estivessem inseguros dos seus projetos a ponto de não admitir discussões e debates em torno deles. Outras vezes, quiçá, mal intencionados, desejavam ocultar os seus maus propósitos.

A nova república, ao contrário, utilizou a mobilização popular por ocasião do Plano Cruzado, mas desmoralizou-a como recurso positivo ao ludibriar a população quanto aos seus reais propósitos eleitorais. Nesse caso, a reação foi maior que a força primitiva e o feitiço virou contra os feiticeiros. Hoje, o governo se vê paralisado face à indiferença da população pela sua política.

Grande efeito de mobilização popular havia logrado Tancredo Neves durante a sua campanha presidencial junto ao Colégio Eleitoral, em 1984; na verdade, o movimento representava uma continuidade da frustrada *campanha das diretas-já* tendo sido, habilmente, reformulado pelo político mineiro, reapresentado com nova roupagem e reasimilado pela população. Dos propósitos altruístas do presidente Tancredo quase ninguém duvida, mas a fatalidade impediu que ele passasse da teoria à prática. As manifestações ocorridas no país durante sua enfermidade e durante o seu passamento fizeram pressentir uma dura realidade para os brasileiros: acabava o país de perder uma grande liderança nascente, depois de tantos anos de espera (a mesma sensação experimentada em 1961 pela população quando da crise que levou o presidente Jânio Quadros a renunciar à presidência). A sensação de orfandade é a única que espelha o estado a que ficou relegada a população com esses acontecimentos. O povo brasileiro não conheceu, ainda, uma liderança efetiva, sadia, que o conduzisse aos seus destinos. Apenas ensaios, arremedos, modelos efêmeros. Aliás, essa "fraqueza" em forjar líderes tem sido constantemente apontada por especialistas estrangeiros interessados na nossa realidade política. Há mesmo farta literatura a respeito.

É chegado o momento de purgar essa "falha trágica" das nossas instituições políticas. Talvez partir do reconhecimento de que a situação geral do país é tão grave e caótica que ninguém individualmente, ou mesmo nenhum grupo social ou partidário, será capaz de impor-se isoladamente, capitalizando a sociedade. Em outras palavras, para se resolver a crise brasileira será necessário contar com o esforço conjunto de todos os bem intencionados que não pertencem ainda à face podre da nação. Essa união de interesses comuns visando ao erguimento do país em novas bases terá que se servir, certamente, dos instrumentos da mobilização popular para conseguir os seus fins. A maioria dos setores da sociedade terá que cooperar porque ninguém é capaz de "levar sozinho" esse país à vitória, isto é, solucionar os problemas metropolitanos, virar pelo avesso a educação desse país, resolver as questões habitacional, do menor, da segurança, da violência, da saúde e higiene, bem como renovar os hábitos e costumes sociais e políticos etc.

Essa aglutinação dos anseios da população deve ser conduzida pela reunião das lideranças parciais existentes em torno de objetivos altos. Por certo, ao cabo de algum tempo, despontarão líderes autênticos que captarão e interpretarão as necessidades do povo e saberão levá-lo à solução dos seus problemas.

Como força auxiliar deverão surgir, também, associações intermediárias entre o poder e o povo, no sentido de criar um grau maior de coesão da população, o que facilitará enormemente o aparecimento de novos canais de mobilização popular. Qualquer processo conduzido com o beneplácito e cooperação da população terá maiores chances de êxito e durabilidade. Aliás, a fraqueza das associações e órgãos intermediários na organização social e política brasileira é fato mais do que secular. Remonta à própria existência do país independente e já foi, desde aquela época, apontada por argutos observadores da nossa realidade. As explicações para essa peculiaridade têm suas mais remotas raízes, quem sabe, no chamado princípio da anarquia dos povos ibéricos, tendo passado pela débil organização social da colônia centrada no escravismo e na predominância do complexo econômico agrário exportador.

A falta de líderes, de um lado, e a fragilidade dos órgãos intermediários a permear os setores sociais constituíram uma lacuna irreparável no desenvolvimento das potencialidades da gente brasileira. Somente um conjunto de medidas que proporcionem reformas em profundidade conseguirá sacudir a sociedade brasileira do estado de apatia em que se encontra, na atualidade. Um receituário contendo medidas revolucionárias poderia tirar o povo do seu estado de abulia e levá-lo à mobilização. Cabe à consciência dos indivíduos e dos grupos bem intencionados a consecução dessa tarefa histórica.

A "república" da improvisação, do provisório, do interino

Em amplos setores da sociedade brasileira está disseminada a idéia de que o brasileiro sempre encontra um jeito de sair dos seus problemas mais prementes. Ou é a luz divina que intervém como um "Deus ex-machina" e repõe tudo nos seus devidos lugares ou, graças à inteligência/esperteza/tapeação de que é dotado o brasileiro, as questões são adiadas, empurradas para frente num brilhante arranjo de improvisação.

Desde o mecânico que não possuindo a peça adequada para realizar o conserto da máquina "adapta", "deforma", "faz chegar próxima à original" e consegue finalmente acionar o motor que estava parado. O proprietário pensa que foi esperto porque não precisou comprar a peça nova, provavelmente bem mais cara. Paga o serviço satisfeito embora perceba que o funcionamento não é mais o mesmo da máquina original. O mecânico se sente um gênio porque "se virou" e fez o

aparelho funcionar embora saiba que a durabilidade e a eficiência possam ser efêmeras e precárias. Ninguém pensa no dano irreparável que poderá ocasionar ao aparelho o uso de uma peça improvisada. Esse será um problema para depois e não deverá estar sendo levado suficientemente em conta naquele momento.

O médico que trata dos pacientes pobres da periferia defronta-se com problemas da mesma ordem. Os doentes apresentam males graves, muitas vezes exigindo intervenções cirúrgicas custosas ou tratamentos demorados à base de medicamentos onerosos. Como sair do dilema sem improvisar? O médico não pode custear o que deve ser feito no paciente, o doente não tem recursos para enfrentar o problema. O enfermo precisa melhorar para trabalhar e "enganar" mais um pouco a situação. O médico tem de prescrever um tratamento paliativo, empurra a questão mais para a frente. O doente sai consolado e esperançado. O médico provavelmente já se acostumou a essa situação e se conforma com sua habilidade em "resolver" o obstáculo premente.

É o mesmo quadro que já foi abordado nos itens relativos à educação, à administração pública e privada, à saúde, aos transportes, à segurança do cidadão. Em todos os milhares de exemplos semelhantes e seguindo a mesma linha de raciocínio. Quando não se pode resolver, remedia-se, fazendo votos para que o provisório, o interino possa modificar-se mais para a frente. No governo das cidades, dos estados, nos setores econômicos como a indústria, o comércio e a agricultura, tudo passa pelo mesmo mecanismo. Em tudo se improvisa.

É preciso que se ressalve que muitas das soluções improvisadas são até bastante criativas, algumas consistindo, mesmo, soluções alternativas definitivas. Não se está referindo, evidentemente, a essas, frutos da inventividade e dignas de louvor.

O que se quer exemplificar é com o *vício de remediar* sem tomar providências para que se instale uma situação definitiva e estável.

Na verdade, pode-se detectar algumas constantes que se repetem e que podem ajudar na busca de explicação para tal estado de espírito que domina o país, há muitos séculos, e que permanece presente, com modificações, até os dias de hoje.

Em primeiro lugar, podem-se, quiçá, localizar-se no hábito do brasileiro pensar grande demais, divorciado da realidade. O plano ou a solução escolhida, na maioria das vezes, é impossível de ser executado, tal o custo ou as dimensões preconizadas. Seria o plano perfeito, o adequado, mas entra em conflito com os fatos da realidade. O seu idealizador não procura adequar-se à realidade e buscar um plano menos ambicioso, mais consentâneo com as possibilidades do momento. Por vezes, despreza essa realidade e a vê como inimigo do seu gênio criador. Na impossibilidade de ver o seu plano global aceito,

não deixa de apresentá-lo (de tal modo que outras pessoas percebam o "pique" do seu gênio criativo e mesmo se embeveçam com a sua capacidade). Contudo, o plano mirabolante vem acompanhado de um projeto que é, justamente, a proposta da solução para o problema imediato, que é nada mais nada menos do que o paliativo, o provisório. Fica claro, no entanto que quando as condições de exequibilidade do seu plano original surgirem, ele deverá ser retomado e implantado. Com essa atitude todos parecem estar concordes e não foi por falta de um bom plano que a solução não frutificou. Foram as "condições" que não permitiram. Como a memória do brasileiro é sabidamente curta , passadas algumas semanas tudo ficará olvidado e o plano perfeito repousará nas gavetas do esquecimento. Só será lembrado quando surgir outra crise e o processo, provavelmente, se repetirá sem que o principal seja outra vez atacado em definitivo.

Pode-se identificar uma outra atitude muito comum e difundida pelo Brasil afora. É o hábito do cidadão, que detém algum poder ou que comanda algum negócio, de se considerar um "indivíduo pragmático", uma pessoa que "não esquenta a cabeça" por qualquer coisa, um otimista inveterado que não quer sofrer por antecipação.

A regra de ouro para enfrentar os problemas, quando surgem, é atacá-los no seu aspecto imediato e procurar sempre "empurrá-los com a barriga" até onde der. Se ao final não for possível contorná-lo, deve-se largá-los para outro "trouxa" que seja capaz de "descascar o abacaxi".

Se a estratégia do provisório der certo todos viverão da esperança vã de que, no futuro, a situação poderá ser modificada em definitivo.

Se esses exemplos podem ilustrar, no varejo, o que se passa na nossa sociedade com relação a essa questão, no atacado, no plano macropolítico e social, etc, a coisa assume dimensões mais graves.

A elite dirigente em geral tem dificuldade para raciocinar em termos globais. Projetos novos nem sempre são iniciados, por exemplo, com estudos visando a abranger o maior número de situações imediatas, mediatas e futuras. As vantagens de se programar por etapas o trabalho não são consideradas. Ao que parece não querem os dirigentes se dar ao trabalho de planejar a longo prazo ou mesmo a médio prazo. Na verdade, falta senso de realidade e vontade séria de enfrentar os problemas. Os programas que abordem as questões com profundidade não logram impor-se à consideração dos governantes. Preferem eles improvisar, desde o início, com a idéia que depois se ajeitará e entrará nos eixos.

Esse comportamento, evidentemente, tem conseqüências sérias. Denota ou incapacidade e incompetência em divisar os elementos de

forma global ou revelam desídia, relaxamento, displicência, preguiça.

Mas não se pode negar que atitudes como essas estão se repetindo à miúdo e podem representar um cancro difícil de ser removido com a disseminação e a permanência dos comportamentos.

Na esfera governamental, há casos, por exemplo, de surgirem planos anunciados como gerais e que, na realidade, retratam apenas situações setoriais. Isto é, apresenta-se um estudo, um programa de ação para toda a coletividade como sendo um plano abrangente que se estenderá por todos os setores da sociedade, quando, na verdade, eles não passam de razoáveis planos setoriais. Trazem no seu bojo apenas uma boa vontade ou disposição de que representam planos globais para todos os setores.

É o caso, para exemplificar, dos *planos econômicos* de que o país tem tomado contacto, pelo menos, nas últimas três décadas.

Alguns deles incluem-se entre os tecnicamente bem elaborados. Do ponto de vista setorial poderiam constituir-se em pontos ou programas de maior espectro. Contudo, geralmente centram-se em premissas que levam em conta muito pouco ou nada da realidade global como paliativo para as correções setoriais do setor econômico. Muitas das medidas preconizadas poderiam constituir-se medidas apropriadas desde que articuladas com a realidade geral. Falham, às vezes, porque ou esperam que as coisas se passem como superficialmente previam ou porque não esperavam as reações dos agente econômicos que acabam distorcendo os objetivos do conjunto das medidas.

É preciso que se fixe a idéia de que um planejamento que só se resume ao aspecto econômico jamais resolverá os problemas do país. Quando muito poderá agir como anestesia ou paliativo, no caso de ser razoavelmente bem sucedido.

Realmente, muitos economistas competentes em suas especialidades acreditam que, atacando os problemas econômicos, as demais atividades da sociedade acabarão por se modificar em função das medidas adotadas. Assim, acham que os outros setores serão arrastados pela força das correntes econômicas e chegarão a um ajuste desejado. Contudo, não contam esses pseudos "experts" que a sociedade poderá antepor obstáculos intransponíveis ao desejo desses planejadores limitados porque devem ser operadas mudanças "a priori" ou concomitantes em áreas e setores representativos de todo o conjunto da sociedade. Sem o que as medidas preconizadas não atingirão os seus objetivos.

Pode até ocorrer que nos países desenvolvidos as coisas, hoje em dia, possam marchar tal e qual os nossos tecnocratas tupiniquins da economia desejassem, porque os problemas estruturais graves dessas

sociedades já foram removidos, há muito tempo. O estágio do crescimento e desenvolvimento dessas nações é tal que os agentes econômicos possuem um grau bem elevado de conhecimento do funcionamento da economia e da sociedade. Com isso, obtém-se um consenso mais imediato desses agentes e inclusive uma colaboração inesperada que pode até abreviar a duração das crises.

Mas num país de baixo nível cultural em que a maioria das pessoas pensa ser mais esperta e tapeadora do que o vizinho, tornar-se-á muito difícil formar-se um consenso sobre medidas, as mais elementares. Além disso, poucos se dispõem a realizar sacrifícios individuais. Muitos desconhecem qual seria o melhor comportamento ou por ignorar o mecanismo da economia ou por desacreditar totalmente das autoridades econômicas.

No Brasil, os políticos e tecnocratas parecem temer o debate em torno de questões e problemas gerais do país. Talvez porque não consideram a sua imprescindibilidade ou porque preferem adotar uma atitude de comodismo, manifestando pouca disposição para tal. Alguns, no entanto, porque temem ser engolfados pelos competidores num debate amplo. Por isso, por vaidade pessoal mantêm-se à margem de possíveis confrontos. Outros porque entendem que a solução está com o seu grupo político ou econômico e têm a pretensão de que poderão impor os seus pontos de vista e chegar às soluções almejadas.

O fato da improvisação campear em todas as atividades da nação como uma regra geral faz com que o país não seja considerado sério, tal o vai-e-vem das suas decisões e promessas.

Uma mudança de mentalidade, também, se impõe nesse particular, embora essa transformação seja das mais difíceis de serem operadas pelo fato da improvisação estar arraigada nos costumes e hábitos brasileiros.

Sugestões genéricas para emergir da crise.

Pelo exposto, não importa se pela simples percepção dos sentidos ou pela cognição sofisticada advinda da educação e da cultura, percebe-se, claramente, que o país, na atualidade, vem colhendo tão somente maus resultados na maior parte das suas atividades. O que é mais grave, esses maus resultados estão se acumulando e poderão levar a nação para o caos.

Não se trata de mero exagero de nossa parte. Recentemente, em 30 de julho de 1989, o caderno de sábado do *Jornal da Tarde*, publicou um sumário estudo "Brasil: reforma ou caos", de coordenação do Prof. Hélio Jaguaribe e que textualmente adverte:

"Os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento brasileiro, decorrentes, em geral, de deficiências e vícios que se acumu-

laram no curso de nossa História, mas que se agravaram, intoleravelmente, em anos recentes, com a crise social e a deterioração do aparelho do Estado, requerem um amplo consenso nacional quanto à absoluta e urgente necessidade de sua superação. Ou procedemos, prontamente, à consistente execução de um grande programa de desenvolvimento social, ou em poucos anos mergulharemos no caos. Ou recuperamos, prontamente, um mínimo de capacidade operacional para o Estado Brasileiro, ou o nível afro-asiático a que o está conduzindo sua continuada degradação se generalizará para toda a sociedade". (p.8)

Recentemente, em visita ao Brasil, Saburo Okita um dos responsáveis pelo ressurgimento econômico do Japão nos anos 50 concedeu entrevista ao *Jornal da Tarde* (14/06/88) intitulada "Quatro Conselhos ao Brasil", da qual se pode extrair interessantes e oportunas considerações sobre o assunto em tela:

" O Japão foi derrotado na guerra e houve consenso de que o ressurgimento seria feito pelo progresso econômico. Baseado nesse consenso nacional, importamos tecnologia avançada do exterior, mão-de-obra qualificada e alto nível educacional, resultando em grande desenvolvimento." Reforça seu pensamento lembrando: " com a derrota o Japão começou de baixo. O consenso nacional foi decisivo ". Para finalizar seu ponto de vista enfatizou: " Dispomos de mão-de-obra de alto nível educacional e, mesmo entre os trabalhadores comuns, o ensino básico era propício à absorção de tecnologia importada. "

Seria conveniente lembrar as palavras proferidas, em agosto de 1985, pelo presidente eleito da Bolívia, o septuagenário, Víctor Paz Estenssoro, veterano político, no momento em que assumia a chefia do poder de um país arrasado, com inflação anual em torno de 23.500% e com problemas de atraso e subdesenvolvimento conhecidos de todos: "A Bolívia morreu", afirmou literal e patéticamente o presidente. De fato, o país estava falido, o volume de recursos arrecadados pelo governo — em meio a uma completa sonegação fiscal — era abaixo de 1% do PIB. A população recusava-se a pagar os impostos (Cf. Rodolfo Rodrigues, *Jornal do Brasil* de 31/07/88, p.30).

Após essa cruel constatação o veterano político procurou com seriedade, coragem e desprendimento reorganizar as forças bem intencionadas que ainda restavam e, num esforço ímpar, conseguiu reduzir a inflação para o nível de 20% ao ano.

É chegado o momento de se encarar essa dura constatação: se o Brasil não está ainda como estava a Bolívia em 1985, pelo menos está seriamente enfermo. Esse ponto de partida é fundamental para tentar-se uma união dos cidadãos bem intencionados que ainda restam e

conduzi-los à coesão em torno de objetivos elevados. Dessa união terá de resultar uma ação competente capaz de restaurar a desgastada figura do Estado como coordenador e planejador da vida social, função essa, totalmente desacreditada.

A reconquista da credibilidade da população é básica para se operar a sua mobilização e união em torno de metas realistas a curto, médio e longo prazos. O poder da mobilização é fato indiscutível e essa só poderá ser obtida com a adesão espontânea, lastreada na confiança de que o país volte a ser guiado por uma liderança limpa, respeitada, competente e eficiente.

Para emergir dessa pontuação negativa e perigosa há que se elaborar um *plano global realista* suficiente, para, em curto prazo, atacar para valer as questões mais agudas que afligem a maior parcela da população e que sejam possíveis de ser imediatamente enfrentadas. Um *plano de emergência* do qual se falará mais adiante.

É necessário que além da emergência se trabalhe num plano objetivo e realista que conquiste a adesão dos grupos conscientes e bem intencionados dos vários setores de tal modo a possibilitar a formação de uma corrente suficientemente resistente para se antepor à corrupção, à incompetência, ao comodismo, à descrença cujas forças não devem, nem por um segundo, ser subestimadas. Apenas a ação firme e competente, consubstanciada na realidade dos fatos, poderá inverter essa tendência perversa que se manifesta no sentido da desintegração.

Para capitalizar reforços para esse programa de reconstrução há que se extrair um *elemento geral de convicção de que a atual situação não serve para quase ninguém*. A partir dessa verdade interior, arrancada duramente da análise das contradições do Brasil-1988 e uma vez aceita pela maioria consciente, poder-se-á conceber a idéia de que indivíduos, grupos, facções de partidos políticos, lideranças sindicais ou outros núcleos, não importando quais as suas origens sociais ou raciais, nem os seus vieses ideológicos, sejam convidados a participarem dessa união em torno de altos propósitos visando ao erguimento do país.

Outro ponto ao qual a sociedade deve estar atenta é a eventualidade de surgirem planos miraculosos de setores especializados, como o dos economistas, e que se apresentem como eficazes para inverter a situação. A própria versão divulgada das apreciações de Hélio Jaguaribe parece cair na tentação, em certo momento, de achar que a pedra de toque para as mudanças pode vir da tomada de medidas no âmbito econômico, quando diz:

"Isto não obstante, o Brasil dispõe das condições necessárias para atingindo as propostas de desenvolvimento social, ple-

namente exequíveis, elevar o padrão de vida de suas grandes massas a níveis comparáveis aos atualmente existentes no sul da Europa. Para tanto necessita mobilizar, anualmente, recursos adicionais da ordem de 5% do PIB, dos quais as despesas de custeio, diretamente a cargo dos cofres públicos, representam menos da metade. Trata-se de um esforço perfeitamente compatível com as previsíveis condições da economia brasileira, dentro de razoáveis estimativas no tocante ao comportamento da economia mundial. "

Continua o mesmo estudo:

"Para esse efeito, a partir de um amplo consenso nacional sobre a necessidade da pronta execução de um grande programa de reformas sociais e de aprimoramento da máquina do Estado, importa arcar com um moderado incremento da tributação bruta da ordem de 4 pontos percentuais. Trata-se de pôr em marcha um minimax, que assegure um mínimo, criticamente suficiente, de continuado melhoramento do padrão de vida das grandes massas, a partir de um máximo esforço, consensualmente assumido, pelos extratos mais favorecidos, de uma contribuição adicional para o desenvolvimento do país e para a sua integração social. "

Mas se o país já dispusesse desse grau de *politização* sem dúvida as coisas não estariam como estão agora. As reflexões realizadas ao longo desse trabalho dão conta exatamente da dificuldade de se obter respostas prontas, por parte da população, a qualquer estímulo, seja da órbita econômica, política ou social, exatamente pelas carências e distorções havidas na formação da atual sociedade brasileira. Sem um trabalho conjunto e abrangente que identifique e ataque os estrangulamentos e as deficiências da organização da sociedade como um todo, sem esforços sérios e estudos abalizados, ninguém conseguirá atingir os seus objetivos. Muitos dos idealizadores dos programas setoriais poderão até ficar perplexos com os resultados medíocres que alcançarem, pois certamente acreditavam na viabilidade teórica de seus planos e perante o fracasso, por certo, procurarão alguma falha setorial para explicá-lo. Conforme o "bode expiatório" encontrado, essa justificativa pode degenerar em motivo de piada como a da "inflação do chuchu", as simonetas, etc. Não, os problemas do Brasil não devem ficar confiados somente aos economistas (como já advertia Winston Churchill do perigo que se corria a respeito) mas também não podem, no momento, ser entregues apenas aos políticos (no caso presente, uma classe desmoralizada)! O peso da responsabilidade tem de ser repartido por todos os setores. Cada um deve emprestar uma parcela da sua contribuição para a elaboração de um plano capaz de tirar o país do despenhadeiro. Até que a nação se levante novamente, seria

conveniente adiar as disputas ideológicas estéreis; não prescindir de nenhum apoio honesto, sincero e bem intencionado, parta de onde partir; proibir o desperdício de talentos e desembaraçar-se dos preconceitos de qualquer espécie e natureza. Essas medidas prévias poderiam servir para limpar o terreno e criar um clima favorável à restauração da confiança geral.

No entanto, a chave da solução para os nossos problemas gerais deve partir da *implantação de uma nova mentalidade*, crucial para o êxito da reconstrução. Essa nova mentalidade, por certo, não advirá, magicamente, tão somente da mudança política e econômico-financeira, nem da transformação do país em monarquia, ou da adoção pura e simples do sistema parlamentar de governo, ou ainda, pela decretação de uma nova "constituição dos miseráveis".

A nova mentalidade terá que partir de um esforço concentrado e deliberado das camadas sociais conscientes da necessidade dessa metamorfose. Deverá ser implantada por etapas, pois as modificações que importam mudanças de comportamento de pessoas, sabidamente, são de execução muito lenta.

Contudo, os pontos básicos dessas mudanças já foram fartamente apontados neste trabalho. Podem ser elencados os seguintes, dentre outros:

1) valorizar a educação em todos os níveis através de investimentos na formação técnico-profissional, na pesquisa, nos recursos humanos que suportam a máquina da instrução, de modo que o país possa superar o atraso desse setor primordial que vem comprometendo e corroendo toda a estrutura da sociedade e das suas instituições.

2) Prestigiar como corolário as atividades culturais para que se consiga inverter o atual nível de mediocridade e obscurantismo hoje imperantes.

3) Estimular a criatividade e o dinamismo em todos os setores ao mesmo tempo em que se combate a rotina, o desleixo e o comodismo que impregnam as nossas estruturas e dissolvem qualquer medida séria que se queira implantar.

4) Valorizar o trabalho produtivo para pôr fim à mentalidade do "grande cassino", operando-se as modificações necessárias na órbita econômico-financeira que tem privilegiado, na atualização, a classe dos rentistas.

5) Inverter a tendência tentacular do Estado de predominar na esfera econômica, ao mesmo tempo em que se estimula a economia a progredir pela via do mercado.

6) Proibir como corolário o desperdício de recursos materiais em todos os campos da atividade, especialmente nos serviços públicos.

7) Combater permanentemente a corrupção em todos os níveis de modo a reverter a tendência manifesta, generalizadamente, por parte da população de convivência com ela.

8) Exigir nova postura ética dos governantes e políticos com relação à coisa pública de tal modo que os exemplos de probidade e dedicação à causa popular voltem a prevalecer.

9) Implantar como corolário nova ética nos serviços públicos, com a reforma da máquina administrativa de maneira que esta apresente competitividade sadia, competência e eficiência.

10) Reclamar nova postura do empresário perante os lucros a fim de que o setor privado volte a colaborar, a curto prazo, na solução dos problemas mais emergentes do povo.

11) Valorizar a solidariedade entre os indivíduos como um dos elementos indispensáveis para o êxito de reconstrução do país, sepultando a era que preconizava, enfaticamente, a regra de "levar vantagem em tudo".

Sobre a primazia da Educação no conjunto das medidas tendentes a eliminar os grandes estrangulamentos da sociedade brasileira atual, devem os leitores reportar-se ao número 30 da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* onde a matéria foi exaustivamente abordada. Além disso, ele praticamente está presente de forma explícita ou implícita em quase todos os itens que tratam dos males endógenos de que padece o país. Porém, a aceitação desse fato, em alguns setores especializados, ainda encontra certa resistência. Há pouco tempo, participando de um curso sobre Introdução à Estratégia, no momento de se debater o caso brasileiro tive a oportunidade de verificar que alguns setores especializados têm dificuldade para entender o alcance do verdadeiro papel que a Educação exerce num país. A visão que se possui da Educação assemelha-se a uma caixa de primeiros socorros que só é requisitada para atender a uma emergência e depois deixada novamente de lado para aguardar um novo chamado. Mais explicitamente, o debate, nesse seminário, em certo momento girou sobre a importância da técnica e da tecnologia como elementos estratégicos para as avaliações realizadas. Também em pauta estava o plano estratégico brasileiro perante a atual conjuntura mundial.

Ambos os pontos em debate, ao meu ver, careciam de qualquer embasamento na realidade dos fatos nacionais. Eram meras construções "ideais". Perguntei ao coordenador do debate onde deveriam ser colocados os fatos dentro da realidade atual brasileira face ao cipoal de

conjecturas e de medidas imaginárias que se fazia. Exemplifiquei a minha perplexidade com a questão em tela sobre a tecnologia, lembrando que para se criar tecnologia seria necessário, no mínimo, um trabalho prévio no setor educacional do país, pois a tecnologia não poderia "brotar do nada". Um alto dirigente da Comissão Nacional de Energia Nuclear ali presente retrucou que a Educação não poderia também se resumir em mera "masturbação mental" e que o ensino deveria ser dirigido, em determinado momento, para criar a tecnologia de que o país necessitava, etc.

Por esse exemplo, se pode ver como a especialização, sem que o indivíduo tenha se assenhoreado de uma boa formação geral, acaba sendo danosa. Esse raciocínio canhestro, infelizmente, está bastante difundido nas áreas próximas ao poder e explica o descaso e a incompreensão com que é encarada a Educação no país. Não se percebem as múltiplas ramificações e sub-ramificações que a Educação possui em todas as atividades da sociedade. Portanto, não pode ficar compartimentada e nem se pode imaginá-la como recurso para resolver apenas problemas e questões localizadas.

A mudança de mentalidade nesse sentido tem de ser radical, pois o ensino é a raiz principal que deve ser alimentada e cuidada para fixar o tronco e suportar os galhos, folhas e frutos.

As atividades culturais podem parecer para muitos como supérfluas, "coisa de elite". Recordo-me, a propósito, de uma entrevista do grande historiador inglês Eric Hobsbawn, publicada no Caderno 2 do *Estado de São Paulo*, na qual explicava a importância que o estudo da História assumia na Grã-Bretanha, mercê do fato das leis e decisões estarem baseadas em costumes e tradições, muitas vezes longínquos. Segundo ele, qualquer inglês que tenha passado por alguma escola conhece suficientemente a História da Inglaterra e razoavelmente a História da Europa, sendo, portanto, um cidadão que sabe situar os fatos no tempo e no espaço e que leva consigo uma apreciável bagagem cultural para o resto da vida. Lembrou, ainda, Hobsbawn que tal hábito passou para as colônias inglesas na América e explicou que o estudo da História teria fincado raízes também nos Estados Unidos.

No Brasil, não tivemos o mesmo cuidado. Até renomados especialistas desprezam ou não levam em conta o passado histórico. É comum, em reuniões ou debates de que participam especialistas, no instante em que surgem questões relacionadas com o passado, ainda que recente, sejam essas descartadas em nome do que: "o que interessa é o futuro", "de nada adianta remexer no passado", "o mais importante é nos fixarmos no presente e no futuro", "não me lembro", "não é de minha época". Sentenças como essas são comuns e qualificam os interlocutores como pessoas "progressistas", "afinadas com o futuro", que "não perdem tempo com perfumarias" etc. Ao que parece para esse tipo de pessoas o que vale é a memória pessoal e não a memória do

país. Fica também patente nessas atitudes a supervalorização da juventude, ao mesmo tempo que transparece um desprezo pela experiência e pela velhice.

É lamentável que essa mentalidade medíocre tenha prevalecido, não nos espantando que o país tenha chegado a esse abismo exatamente pelo conjunto de comportamentos assinalados ao longo dessas linhas.

A cultura tem de ser amparada, cultivada, incentivada. Não se trata de adorno ou penduricalho, faz parte do homem global, é responsável pelo seu equilíbrio tanto material quanto espiritual.

A criatividade e o dinamismo se potencializam em ambientes protegidos pela cultura e é exatamente nesses que a Educação pode seguramente fornecer as ferramentas para a imaginação e o trabalho criativo. A propósito, Saburo Okita, já citado, recomendou ao Brasil dentre outras coisas, o seguinte:

"Faço votos de que o Governo faça uma política na qual as pessoas, voluntariamente, desejem trabalhar, para que as potencialidades sejam desenvolvidas."

Com relação à tendência estatizante da economia seria interessante acrescentar ainda algumas observações do mesmo autor japonês. Perguntado se o comando econômico e político bastava ou se a coesão social e cultural era indispensável aos resultados da política oficial, respondeu:

"Fui diretor-geral de Planejamento da equivalente japonesa da Seplan. O que tinha em mente é que a economia japonesa deveria progredir pela via do mercado. Qualquer tipo de indução a cargo do governo deveria estar ligada ao mercado (...) o que se cogitou é que o governo deveria criar o ambiente para que a atividade econômica fosse a mais dinâmica possível. Se o governo pretende estruturar até os pormenores da economia vai tolher a capacidade do povo de trabalhar voluntariamente..."

No que se refere à nova postura ética dos governantes e políticos e à nova ética nos serviços públicos lembraria o que Hélio Jaguaribe, no citado artigo em que resume o estudo "Brasil: reforma ou caos" (a cujo original não tivemos acesso), propugna para a reforma do Estado sugerindo as seguintes exigências: "1) recuperação da sanidade das finanças públicas, 2) significativa elevação do nível de competência e de eficiência da administração pública, 3) instauração de um regime de responsabilidade moral e pública nas atividades do Estado".

Por fim, deve-se bater em primeiro lugar pela conscientização das deformações assumidas em certos aspectos do atual caráter brasileiro os quais foram abordados neste ensaio e em segundo lugar lutar por sua modificação. Contudo, tendo em vista o grave momento vivido pela nação, mais do que nunca o item *solidariedade* deve ter a primazia e urgência sobre todos os demais. Como mobilizar as massas sem o espírito de solidariedade? Como enfrentar sacrifício se os indivíduos permanecem apegados ao egoísmo? A solidariedade, no caso, tem de ser encarada como ferramenta operacional, sem a qual qualquer esforço será baldado.

As considerações finais restringiram-se a desenvolver a idéia, anteriormente esboçada, quanto à aplicação de um *plano de emergência* para o país como primeira etapa da implantação do plano de reconstrução geral.

Na introdução a este trabalho foram abordados os problemas mais agudos pelos quais passa a população carente (segundo Hélio Jaguaribe o setor primitivo da população corresponde a 60% do total) e no item "visível a olho nu" estão assinaladas as questões mais prementes para a população geral. Sobre essa situação explosiva vários alertas já foram feitos. A propósito é oportuno inserir mais este trecho bastante elucidativo da lavra de Hélio Jaguaribe (artigo citado):

"Se entretanto, a inércia popular, a incompetência das lideranças e os estreitos egoísmos corporativos que parasitam o Estado e a Sociedade não permitirem que se empreenda, apropriadamente, esse esforço de reforma social e de reforma do Estado não pode haver dúvidas quanto ao fato de que mergulharemos, dentro dos próximos anos, numa situação de irremediável caos. Não será mais possível andar nas ruas, porque os bandidos se terão apropriado do controle das cidades e a subsistência física das pessoas estará criticamente afetada, porque os serviços públicos não assegurarão o suprimento de energia elétrica, de transportes públicos, de limpeza urbana, de comunicação, de saúde e do próprio abastecimento. Greves selvagens e insolúveis interromperão, continuamente, a precária rotina da vida diária. Nesse ambiente de caos e de inviabilidade da existência coletiva, os mais capacitados abandonarão o país, em inauditas ondas migratórias. As instituições democráticas entrarão em colapso..."

Sinalizações catastróficas desse tipo não são absolutamente inéditas na vida brasileira. O empresário e escritor Paulo Prado, em 1928, lançava o livro *Retrato do Brasil* que possuía um interessante "post-scriptum" que, na realidade, era um verdadeiro manifesto revolucionário apontando as mazelas do Brasil de então. Dois anos mais tarde, eclodia a revolução de 30, em meio à crise econômica iniciada em 29.

Não há dúvida que a crise está no ar e espíritos mais sensíveis detectam os seus sinais, só que uns mais que os outros.

Às parcelas da sociedade que permanecem ainda conscientes cabe o dever de exigir um *plano de emergência* para iniciar o confronto com essa situação em que se encontra mergulhada a nação. Qualquer debate sobre a questão inicial deve começar por uma atitude de boa-vontade com relação à união dos brasileiros de bem em torno de um plano realista que seja capaz de iniciar a reconstrução e o erguimento do Brasil.

Recebido em 25/10/89

ABSTRACT

The present work aims in mentioning relevant aspects of Brazilian crisis: the population are under-housed, under-clothed, under-feed, illiterate and deprived of their protection. It shows the difficulties to find a solution for these problems, emphasizing that the quality of a contry rests fundamentally on the wisdom of its citizens.

Key-words: Poverty; habitation; health; Hygiene; Insecurity; Corruption; Improvisation; new mentality.